

O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas no século XXI: uma perspectiva feminista¹

Cristina Fróes de Borja Reis²

Regimeire Oliveira Maciel³

Fernanda Graziella Cardoso⁴

Prólogo

Neste intertexto ousadamente reescrevemos o que ficou conhecido como manifesto da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, escrito por Raúl Prebisch em 1949, a partir de uma perspectiva feminista para o século XXI. Trata-se de uma paródia que partilha até certo ponto dos fundamentos teóricos do estruturalismo, assumida pela própria CEPAL como “novo-estruturalismo” ao longo dos anos 2010.⁵ Neste, incorporam-se algumas das principais críticas aos pioneiros do estruturalismo latino-americano. Contudo, vamos além: nossa releitura do desenvolvimento da América Latina rompe com o economicismo e o eurocentrismo, a partir de uma abordagem epistemológica periférica, em que as relações de gênero e étnico-raciais sejam prioridade tanto no objeto quanto na perspectiva das observadoras.

Salvo uma passagem sobre a industrialização a partir do trabalho feminino, o manifesto de 1949 não abordou as desigualdades entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros, indígenas, pardos, como problema da região; nem muito menos as tomou como fundamento teórico. Infelizmente, essa omissão se faz presente em praticamente todo o pensamento desenvolvimentista, inclusive o estruturalista latino-americano, que o sucede até a atualidade. Mesmo quando as reflexões avançam e apontam a crucialidade das reformas de base como condição necessária para que o excedente gerado pela industrialização fosse distribuído de forma menos concentrada, as questões raciais e de gênero não são alcançadas. Ora, são justamente as desigualdades de raça e gênero que estão na gênese da formação socioeconômica

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Professora dos Bacharelados de Ciências e Humanidades, de Relações Internacionais e Ciências Econômicas da UFABC; e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial. Estes resultados também fazem parte da pesquisa de pós-doutorado financiado pelo People Programme (Marie Curie Actions), European Union’s Seventh Framework Programme (FP7/2007-2013), REA grant agreement no. 600209 (TU Berlin— IPODI).

³ Professora dos Bacharelados de Ciências e Humanidades e de Políticas Públicas da UFABC; e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial.

⁴ Professora dos Bacharelados de Ciências e Humanidades, de Relações Internacionais e Ciências Econômicas da UFABC; e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial.

⁵ Em linhas gerais, o novo estruturalismo retoma o ideal de mudança estrutural com igualdade a fim de gerar desenvolvimento. Para mais detalhes, ver Cepal (2014).

extremamente desigual do Sistema Mundo (Wallerstein, 2004), reflexo relação entre patriarcado e capitalismo, que ganha contornos ainda mais perversos no contexto periférico.

Esse é, portanto, um manifesto feminista⁶ inspirado no Manifesto Latino-Americano; não temos a intenção de refutá-lo, mas, antes, de re-significá-lo a partir de uma nova perspectiva.⁷ Nesse espírito, tal como Prebisch (1949), este manifesto se divide em duas partes. A primeira contém as seções I e II, que inter-textualizam as seções I a VI do manifesto da CEPAL.⁸ A nossa segunda parte, todavia, desprende-se das discussões econômicas daquele autor sobre as bases de uma discussão de política anti-cíclica na América Latina para voltar-se às bases para a discussão de uma política feminista na região, resgatando simplificada e o processo histórico do movimento de lutas na América Latina.

PRIMEIRA PARTE

I. Introdução*

1. A realidade vem destruindo a América Latina. A divisão internacional do trabalho, bem como suas divisões domésticas, a despeito das modernizações históricas continua levando a abissais desigualdades de gênero, raça e classe.

Periferia da economia mundial, a América Latina ainda é vista como fonte de alimentos e matérias-primas, isolada (não somente pela geografia) dos centros dinâmicos da divisão

⁶“El feminismo como movimiento de mujeres y como una de las políticas de la «identidad» pretende desarmar las construcciones sociales de género que asocian a las mujeres únicamente con la sensibilidad, la intuición, la conexión con la naturaleza (y con los demás), el hogar y la sumisión, y a los varones, con el rigor lógico, la objetividad, el mercado, la esfera pública y el poder. Estas asociaciones no son inocentes: la construcción social de género es profundamente desigual e inequitativa y tiene, por tanto, consecuencias en la vida de las mujeres (y de los varones). Enfocado en eliminar las desigualdades de género, el feminismo comparte con otros movimientos políticos un ideal emancipador: enfatiza la libertad y la agencia individual y colectiva (que las mujeres podamos ser y hacer en todos los órdenes, por fuera de relaciones de dominación). El feminismo académico como posición teórica (y ética) es una extensión de esta agenda política en la filosofía, en el análisis del discurso, en las ciencias sociales y también en la economía” (Esquivel, 2016, pp. 104-5).

⁷ No escopo desse texto, não aprofundaremos a discussão da perspectiva étnico-racial, embora, conforme argumentado, seja crucial para o aprofundamento da crítica epistemológica e esteja imbricado às questões de gênero.

⁸ Em Prebisch (1949), a seção 1 corresponde à introdução, como neste manifesto – que lhe parodia ponto a ponto. As seções II a V daquele, tratam de temas como progresso técnico, produtividade, restrição externa, formação de capital, inflação, industrialização, que já foram consideravelmente criticados e analisados nas últimas sete décadas, de forma que a nossa seção II vai recolocar a divisão centro e periferia a partir da perspectiva tecnológica já incorporando as principais críticas macroeconômicas e políticas do nosso ponto de vista, abordando também os limites da industrialização, aqui parodiado como limites da modernização conservadora até os anos oitenta (Tavares e Fiori, 1993), neoliberalismo nos anos noventa e neo-desenvolvimentismo nos anos 2000, dando ênfase às questões estruturais e institucionais relacionadas a gênero e raça.

internacional do trabalho, atualmente referenciada como “cadeias globais de valor”⁹, mesmo após ter se urbanizado e industrializado – com marcadas diferenças regionais e locais. Os fatos se impuseram: o caminho da atividade industrial não foi profundo o suficiente para, e jamais intencionou, mudanças estruturais e institucionais que substancializassem a igualdade de gênero, raça e classe.

“Apesar disso, a discussão doutrinária está longe de ter terminado. Em matéria econômica, as ideologias costumam seguir, com atraso, os acontecimentos ou sobreviver-lhes demasiadamente” (Prebisch, 1949, p. 47). De um lado, o discurso neoliberal insiste em defender especializações produtivas baseadas em vantagens comparativas, cuja validade é totalmente objetável. Não espanta que o funcionamento e resultados daquela teoria não condizem com a realidade, afinal ela parte de diversas premissas irreais¹⁰, por exemplo, a de que o fruto do progresso é apropriado igualmente por todas as regiões e setores via mecanismos automáticos de mercado, a de concorrência perfeita e a da informação simétrica. Mas, na realidade, os mercados oligopolizados não garantem que as forças de oferta e demanda espremam, igualem ou até zerem as taxas de lucros das empresas. E ainda, a abundância de mão de obra, principalmente em países periféricos, reduz o poder de barganha dos trabalhadores para defender que os benefícios em termos de produtividade (por exemplo, advindos de novas tecnologias) se traduzam em elevação dos rendimentos salariais. Quando se consideram, então, as disparidades de rendimentos de mesmas posições a favor dos homens brancos, fica cada vez mais distante o delírio neoclássico de que o progresso técnico se reparte entre a coletividade e

⁹ “In general, the value chain is about all the activities that firms and workers perform from the creation until the consumption of a product” (Reis & Barroso de Souza, 2019, p. 1).

¹⁰ “Ricardo (1817) introduziu o conceito de vantagens comparativas, que apresenta, dadas as quantidades de fatores, ‘como até mesmo um país sem vantagem no custo absoluto internacional em qualquer indústria pode se beneficiar do comércio internacional pela especialização em indústrias em que é menos ruim’ (Chang, 2009, p. 489). Após o trabalho de Ricardo, o conceito de vantagens comparativas vem sendo lapidado, constituindo-se em um dos marcos da teoria neoclássica, sendo que o modelo neoclássico Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS) é o arcabouço teórico adotado como principal referência na teoria do comércio internacional. Por detrás de suas fortes premissas sobre o funcionamento dos mercados, tal como a mobilidade perfeita dos fatores e a transferência de tecnologia, reside o princípio de escassez e da substituição (direta e indireta). O primeiro assume que os fatores produtivos são escassos, e o segundo sustenta a existência de uma relação inversa entre o preço relativo e a quantidade relativa demandada de um fator produtivo. O modelo HOS também assume uma natureza exógena de dotações e da disponibilidade de múltiplos métodos de produção com rendimentos constantes à escala. Estas suposições implicam que a economia está produzindo com produtos marginais decrescentes em relação a cada fator. Os preços dos fatores são proporcionais à sua produtividade marginal e há uma tendência para utilização plena das dotações (Cesaratto & Serrano, 2002). A conclusão geral do HOS é que o equilíbrio eficiente surge quando as regiões e/ ou países se especializam na atividade em que têm vantagens comparativas relativas em termos de custos de fatores produtivos. Então, quando um país é abundante em RN, e tem vantagem comparativa em relação a parceiros comerciais, o melhor resultado econômico é a especialização no produto relacionado àquela vantagem. E a recomendação normativa dos modelos HOS é o livre comércio” (Reis, 2012, pp. 2-3).

incremento o nível de renda geral. Isto definitivamente não acontece na periferia do sistema, e nem mesmo no centro.¹¹

O erro dessa premissa não se resume a ater um caráter geral ao que está circunscrito, porque nem circunscrito existe. Constatam-se diferenças acentuadas entre os níveis de vida das massas no centro e na periferia, mas também internamente a elas, em termos de gênero, raça e classe. O problema disso, além de ético e moral, é também socioeconômico: os modos de reprodução do sistema, através da acumulação e do investimento, estão viciados em prioridades estipuladas por uma minoria privilegiada da população mundial.¹²

Este desequilíbrio manifesto não se resolve com a industrialização (ou maior complexidade e diversificação da estrutura produtiva), nem com quaisquer movimentos tão simplesmente econômicos. Se para Prebisch ela era um meio necessário para captar uma parte do fruto do progresso técnico e contribuir (em conjunto com reformas sociais) a elevar progressivamente o nível de renda das massas, hoje sabe-se não ter sido suficiente nem no passado nem no futuro. Acertou o autor ao tomar o progresso técnico como uma linha divisória entre centro e periferia, mas naquele tempo - e também hoje - seria um equívoco supor que ele seja a mais importante e necessária via, que esteja disponível para a periferia e que seja capaz de elevar o nível de renda das massas, dadas as barreiras estruturais e institucionais fundamentais da dinâmica do sistema inter-estatal mundial.

2. Os países da América Latina estão diante de problemas muito vastos que levam a várias outras questões que precisam previamente ser investigadas para em seguida a ação prática buscar resolvê-los. Prebisch reiterou que seria prematuro que seu primeiro estudo levasse a conclusões incisivas – embora muitos de seus intérpretes assim o tenham feito. Também no nosso caso reconhecemos que é preciso ampliar o conhecimento dos fatos no continente, para então derivar interpretações teóricas e desdobramentos normativos.

Nos estudos sobre a região continuam prevalecendo “o critério ou a experiência especial dos grandes centros da economia mundial”. Logo, dificilmente poderia se esperar que suas soluções sejam as mais razoáveis para a realidade periférica (Quijano, 1988). Há de se analisar o desenvolvimento da América Latina e seus problemas a partir de um ponto de vista que rompe com o eurocentrismo, buscando evitar aglutinar as marcantes diferenças regionais em fórmulas gerais de cooperação econômica internacional.

¹¹ Marini (1972) aprofundou o conceito de Singer e Prebisch sobre a tendência à deterioração dos termos de troca dos bens primários vis-a-vis os bens manufaturados a partir de uma abordagem marxista a respeito das diferenças de exploração do trabalho no centro e periferia.

¹² “La riqueza está cada vez más concentrada en menos manos: el año pasado [2018], 26 personas poseían la misma riqueza que 3800 millones de personas, la mitad más pobre de la humanidad; en 2017, esta cifra era de 43 personas” (Oxfam, 2019, p. 12).

“É, portanto, muito ampla a tarefa que se tem pela frente e grande a responsabilidade contraída”. Não se pretende enfrentá-la através de um levantamento dos principais problemas sob uma perspectiva de conjunto – como fez Prebisch -, mas nesta seção o objetivo é fazer reflexões críticas àqueles por ele identificados.

3. Seria a industrialização da América Latina compatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária, como afirma Prebisch? Em teoria, a modernização agrícola a partir de máquinas e equipamentos faz parte do processo de desenvolvimento. Contudo, não é qualquer uma. Vai depender da qualidade da mudança estrutural no paradigma produtivo em termos de meios e fins, não somente na perspectiva da dinâmica macroeconômica, mas também das relações de classe, de gênero, étnico-raciais, da sustentabilidade ambiental e da distribuição.¹³

Ao afirmar que “quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante intensa formação de capitais”, Prebisch queria dizer que a chave para o desenvolvimento periférico estaria em saber extrair mecanismos a partir da balança comercial, contando com as divisas advindas das exportações de commodities. De fato, os mecanismos são importantes e precisam ser compreendidos a fundo. Mas se o perfil de distribuição de direitos de propriedade em benefício de oligarquias rurais ou grupos multinacionais que dominam o setor manter-se inalterado, o modelo agrário exportador que predomina na América Latina dificilmente engendraria alterações substanciais nas relações de classe no campo. Tampouco reduziria o predomínio dos interesses políticos e econômicos desses grupos no Estado, a ponto deste ser capaz de melhorar aquelas estruturas, que de outro modo raramente se realiza. Portanto, perpetuam-se relações desiguais de classe no campo, revestindo questões raciais e de gênero, em que as mulheres negras são particularmente afetadas (Pereira, 2004). Além disso, o modelo aprofunda a exploração predatória e não sustentável de recursos naturais (Viola, 1989).

Assim, o problema não é somente assegurar que o coeficiente de importação de máquinas e equipamentos não seja uma restrição ao balanço de pagamentos. Mas sobre como o processo de modernização agrícola vai atenuar o que batizamos de heterogeneidades estruturais do mundo do trabalho (em alusão a Kalecki, 1968) em três níveis, referindo-se aos diferenciais de produtividade e remuneração: a) entre setores de atividades econômicas; b) entre profissões de cada setor de atividade econômica; c) entre os trabalhadores de cada profissão de cada setor. Neste último nível se observam mais nitidamente as desigualdades raciais e de

¹³ “Processo complexo que transforma as estruturas sociais no campo relacionadas a contextos geográficos, institucionais e demográficos específicos – integrando a economia e propiciando a redução das desigualdades inter-setoriais” (Cardoso e Reis, 2018, p. 16).

gênero em que as mulheres¹⁴ e os negros e índios recebem menos do que homens brancos, além de sofrerem abusos derivados da misoginia, do machismo e do racismo.

4. Quanto ao cumprimento dos serviços financeiros, Prebisch enfatizou as mazelas relativas ao pagamento das dívidas e reenvio de rendas para matrizes, especialmente nas fases de baixa do ciclo de liquidez internacional sob o padrão-ouro. Realmente, esta fórmula não funcionou para a periferia, nem tampouco para o centro; tanto que o padrão ouro acabou nos anos setenta. Ou seja, era uma proposição que realmente “carecia de valor” porque detinha não apenas um fim questionável - a estabilidade da moeda, ao invés de tantas outras causas justas como a redistribuição progressiva de renda e o crescimento do emprego – mas novamente porque se baseava em uma teoria falaciosa, que supõe a neutralidade da moeda e ignora a hierarquia de poder no sistema financeiro internacional (Serrano, 2002).

5. Prebisch ressalta que, no processo de industrialização, o aumento do emprego desaloja trabalhadores da produção primária e de outras ocupações, especialmente de certos tipos de trabalhos e serviços pessoais, de remuneração relativamente baixa e com a utilização do trabalho feminino. Para o autor, gera o efeito desejado de se elevar a produtividade e a renda nacional. Ele recomenda, ainda, que o excedente gerado seja reinvestido em capital para aprofundar a industrialização. Porém, nossa principal objeção é a de que, nesse processo, as mulheres e os demais trabalhadores desalojados não necessariamente são absorvidos, bem como nada assegura que sejam remunerados e/ ou tenham condições de trabalho mais dignas.

A liberação de mão de obra no setor agroexportador historicamente levou à marginalização de enormes contingentes de pessoas no campo e nas grandes cidades da América Latina, muitas vezes sem ocupação ou que tiveram de ser relegadas ao setor informal (Singer, 1976). Ou seja, a indústria não foi capaz de absorver esse contingente e, atualmente, essa possibilidade parece ainda mais distante. As inovações tecnológicas em geral poupam trabalho, de forma que sua lógica interna de geração e reprodução não tem a preocupação de assegurar que os trabalhadores cortados sejam re-absorvidos em outra parte. Como a industrialização não se dá por etapas, como chegaram a pensar alguns teóricos (Rostow, 1974), a absorção de novas tecnologias, sobretudo bens de capital, que poupam mão de obra têm causado

¹⁴ “Durante la última década, en algunos países de la región, la reducción de la desigualdad de ingresos y de los índices de pobreza se produjo simultáneamente con el aumento de la feminidad de la pobreza. El índice de feminidad muestra las disparidades en la incidencia de la pobreza en mujeres y varones (de 20 a 59 años), medida en términos de ingreso. Es posible afirmar que las políticas tendientes a reducirla no han impactado de la misma forma en hombres y en mujeres. Desde 2012, la tendencia a la reducción de la pobreza se ha estancado en América Latina, mientras que el índice de feminidad sigue aumentando. Es decir que tanto en periodos de reducción de la pobreza como en periodos de estancamiento, la pobreza sigue afectando en mayor grado a las mujeres que a los hombres, en edades críticas en términos productivos y reproductivos. En 2014, por cada 100 hombres que vivían en hogares pobres en la región, había 118 mujeres en la misma situación” (Ponte, 2016, p. 51).

desindustrialização precoce nas economias periféricas – inclusive as da América Latina (Rodrik, 2015). Esse processo tende a acentuar as heterogeneidades estruturais, principalmente a interpessoal, ou seja, prejudica mais as mulheres negras e indígenas (Esquivel, 2016).

6. Mas também eram falaciosas diversas interpretações sobre os limites da industrialização, ou as armadilhas da renda média - porque não rompem com a matriz neoclássica macroeconômica (e impõem fórmulas do centro à periferia), quanto por serem estritamente economicistas e não analisarem o conflito distributivo profundamente. Os limites incluíam, primeiramente, a inflação – com base no diagnóstico de excessivo meio circulante resultante de expansões da política econômica. Até hoje este diagnóstico falacioso se faz presente, a tal ponto que as políticas monetárias na América Latina se submetem aos ideais de austeridade, independentemente se esta vai contra ao que as sociedades esperam do Estado.

Outro limite seria o da baixa poupança interna, baseado na visão neoclássica de que existe um estoque dado de capital (e que permite um produto interno bruto potencial, que se reflete em uma taxa de desemprego que não acelera a inflação). Mais uma vez, partindo de premissas macroeconômicas controversas, esse conceito implica uma política de juros, como o regime de metas de inflação,¹⁵ que na prática impinge taxas altas que prejudicam o investimento e o consumo, principalmente de micro e pequenas empresas e de consumidores de baixa renda, que se tornam barreiras ao mercado de capital – deixando amplo espaço para as grandes empresas se financiarem e beneficiando rentistas.

Prebisch elenca ainda, com razão, mas superficialmente, os limites relacionados à falta de regulação para investimento estrangeiro e à insuficiente escala das empresas periféricas para alcançar competitividade internacional. No primeiro caso, a qualidade do padrão do investimento estrangeiro na região seria favorável ao desenvolvimento inclusivo caso houvesse melhor controle de entrada e saída de capitais, cláusulas trabalhistas que assegurassem condições justas de trabalho, cláusulas de meio-ambiente para assegurar que não houvesse exploração predatória dos recursos naturais, transferência tecnológica, etc. (Reis, 2013). Faria-se mister evitar que esses investimentos se direcionassem apenas para atividades produtivas de baixo valor adicionado, definindo um padrão pobre de inserção nas cadeias globais de valor, baseado na exploração de recursos naturais e matérias-primas e do mercado interno, gerando pouco valor e a partir de sistemas de produção que não engedrassem dinâmicas econômicas e sociais inclusivas no âmbito interno. No segundo caso, associado ao primeiro, ampliar a complementariedade produtiva entre a região, gerando a chamada integração profunda, poderia contribuir para a elevação da quantidade de capital por empregado na indústria e a

¹⁵ Para uma crítica completa, ver Summa (2010).

modernização agrícola, mas teria de sanar diversos pontos sensíveis que a impediram de se firmar nas últimas décadas (ver Medeiros, 2008).

7. Quanto ao limite colocado pelo consumo perdulário das elites, tomado por Prebisch como um vazamento para a acumulação de capital, vale frisar que não seria sua principal implicação. Mais uma vez, esse entendimento tem raízes em um ponto de vista macroeconômico equivocado. Poupança é resíduo do investimento.¹⁶ Historicamente, a acumulação de capital é um processo geralmente deflagrado por acumulação primitiva ou via expansão de crédito.¹⁷ Isto é, a adoção de padrões de consumo do centro baseados em paradigmas tecnológicos mais avançados pode até retardar a acumulação na periferia, mas suas consequências para o desenvolvimento devem também ser questionáveis do ponto de vista cultural, na medida em que reforçam relações desiguais de classe, gênero e raça, além de aplastar referenciais de modo de vida, que não condizem com a experiência histórica rica e diversificada da América Latina. De outro modo, as raízes do baixo dinamismo do processo de acumulação latino-americano residem na distribuição desigual do poder e da riqueza, que reduzem o caráter democrático do Estado e da sociedade, bem como de suas ações.

8. Todavia, para discutir os limites da industrialização, nosso ponto principal é sobre a necessidade de se refletir sobre que tipo de industrialização, para quem e por quem, em cada tempo histórico. Sim, ela é importante para o progresso técnico, tomado como uma das linhas divisórias entre centro e periferia, mas que relação guarda com as desigualdades de gênero e raciais que tanto comprometem a democracia e a justiça? Desde uma perspectiva histórico-materialista, estas desigualdades estão associadas ao conflito de classes inerentes às atividades produtivas – em todos os setores econômicos.

II. Progresso técnico e a relação centro-periferia sob uma perspectiva feminista

9. Historicamente, a cada novo paradigma tecnológico (Perez, 2002) desde a primeira revolução industrial na Inglaterra no século XVIII, as vantagens do progresso técnico continuam se concentrando nos centros industriais, pouco modificando a composição da periferia do sistema econômico mundial. Paralelamente, o crescimento dos países centrais

¹⁶ Nas palavras de Keynes (1936, p. 53): “A equivalência entre a quantidade de poupança e a quantidade de investimento decorre do caráter bilateral das transações entre o produtor, de um lado, e o consumidor ou comprador de equipamento de capital de outro lado (...) em conjunto, o excedente da renda sobre o consumo, a que chamamos poupança, não pode diferir da adição a equipamento de capital, a que chamamos investimento (...) A poupança de fato não passa de um simples resíduo (...) Assim sendo, nenhum ato de investimento, por si mesmo, pode deixar de determinar que o resíduo ou margem, a que chamamos poupança, aumente numa quantidade equivalente”.

¹⁷ Para uma análise da dinâmica do investimento a partir de Kalecki, ver Possas (1999).

estimulou os mercados de produtos primários, impactando a dinâmica político-econômica e social da América Latina. No início deste século, entretanto, tem se observado a ascensão de uma particular potência, a China, por meio de mecanismos específicos e desatrelados da lógica do modelo de crescimento baseado em exploração de vantagens comparativas, além de ter natureza não somente econômica, mas sobretudo política e social. O desenvolvimento chinês está relacionado a uma estratégia política e econômica de longo prazo de ativa participação nos fluxos internacionais de bens, serviços, capital e conhecimento. Este resultado não tem sido alcançado a partir do exportador com base em vantagens comparativas, nem pelo setor externo tão somente (Medeiros, 2006).

Paralelamente, as outras nações periféricas experimentaram diferentes tipos de modernização e industrialização, ora contando com seus mercados internos, ora com os externos. Em especial, não é possível afirmar que houve uma tendência secular à deterioração dos termos de troca - tal qual enfatizado por Prebisch a respeito do final do século XIX e início do século XX. De outro modo, os preços das commodities em relação aos bens manufaturados variaram ao longo dos diferentes ciclos de liquidez associados a cada novo paradigma tecnológico, sob hegemonia de uma nação líder. Em diversas passagens, a deterioração pode ter causado uma apropriação desigual dos frutos do progresso técnico, que na periferia se traduziu em redução de preço das commodities, enquanto no centro se ampliaram salários, lucros e acumulação, estimulando reinvestimentos em tecnologia e inovação, reforçando sua primazia sobre o progresso técnico. Tal primazia, assegurada ainda por direitos de propriedade intelectual, que se tornaram cada vez mais definidos e agressivos ao longo do pós-guerra, reforçaram as desigualdades entre centro e periferia, entre capitalistas e entre as classes sociais.

Em particular, na análise de Prebisch sobre as diferenças de apropriação do progresso técnico no centro e na periferia, está o problema essencial do baixo poder de barganha dos assalariados na periferia, principalmente do setor primário. Aí residiria, como depois exploraram outros autores estruturalistas, uma das raízes das desigualdades de salários entre trabalhadores do Norte e Sul globais, mas também internamente entre pessoas atuando em diferentes contornos salariais, e entre raças e gêneros – conforme herança cultural historicamente constituída.¹⁸

¹⁸“América Latina se caracteriza, también, por los contrastes en la situación de las mujeres frente a la de los varones y en la de las mujeres entre sí. Profundos cambios demográficos –el aumento de la esperanza de vida, el descenso del número de hijos por mujer y los cambios en las dinámicas familiares– han acompañado los progresos evidentes de las mujeres de la región en términos de acceso a la educación, de participación en el mercado de trabajo y de participación política. Estos progresos, sin embargo, no son completos, ya que la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo sigue siendo más precaria que la de los varones (con mayor incidencia de la informalidad y menor presencia en los sectores dinámicos), sus jornadas laborales totales son más extensas (debido a que al trabajo

10. Em síntese, não houve a redução das desigualdades entre centro e periferia decorrente do progresso tecnológico, e as razões transcendem a deterioração de termos de troca que Prebisch analisou. Mesmo porquê, a partir da terceira revolução industrial, a especialização exportadora dos países tornou-se muito mais complexa, deixando de ser baseada apenas na dicotomia recursos naturais/ manufaturados. A globalização produtiva e financeira levou à maior fragmentação das redes produtivas internacionais, lideradas por empresas transnacionais que dominam boa parte dos fluxos de comércio mundial, industrializando regiões periféricas e sofisticando o agronegócio exportador. Como já dito, o progresso técnico ainda se constitui linha divisória entre centro e periferia, mais em termos das atividades e tarefas desempenhadas nessas cadeias, do que do tipo de produto ou serviço exportado por um país (Cardoso & Reis, 2018).

Porém, conforme contribuição da teoria da dependência, diversos determinantes internos corroboram essa relação assimétrica no sistema inter-estatal. Tais determinantes são regidos pela associação dos interesses das elites domésticas da América Latina aos das elites do centro. Essa associação obedece a uma lógica de dependência, em que as ações públicas e privadas dos grupos poderosos não buscaram romper com a dependência tecnológica e nem a atender a objetivos democráticos de desenvolvimento inclusivo, pois preferem manter seus privilégios (Reis, Barbosa e Cardoso, 2019).

11. E, para além das questões tecnológicas e mais estritamente econômicas, o não abalo dos fundamentos da conformação socioeconômica das nações latino-americanas nos parece ser o principal problema a ser enfrentado. Os desenvolvimentistas de orientação cepalino-estruturalista, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, avançaram na reflexão e incorporação de questões sociais, ao mesmo tempo como limitadoras e finalidades a serem enfrentadas e buscadas no processo de desenvolvimento. Mas, mesmo quando se passam a incorporar tais questões, diferenciando os desenvolvimentistas cepalino-estruturalistas dos primeiros pioneiros (Arndt, 1987; Cardoso, 2018), a referência a elas no máximo toca a questão de desigualdade de classes, em termos de riqueza e/ou renda. Daí a sugestão de reformas de base para atenuá-la, tais como reforma agrária, tributária e até política, mas sem qualquer menção aos elementos que fundamentaram a desigualdade latino-americana: as abissais diferenças étnico-raciais e de gênero, que se fundam e se reproduzem no capitalismo periférico de maneira particularmente perversa.

remunerado se suma el trabajo no remunerado) y sus ingresos, menores a igual cantidad de años de educación". (Esquivel, 2016, pp. 109-110).

De modo que o não enfrentamento do que origina e fortalece as grandes desigualdades observadas na periferia (embora não somente) parece bloquear o rompimento da própria condição periférica. Ora, como construir desenvolvimento com igualdade sem de fato abalar as estruturas? Assim, nas lutas de classe, mas especialmente no seu recorte étnico-racial e de gênero, estão as chaves do fenômeno pelo qual as elites dos grandes centros industriais não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas na economia global, relegando uma pequena parte para as elites periféricas que sustentam seus laços de dominação, afastando qualquer transformação de caráter revolucionário.

12. A manutenção dessa lógica, tendo em vista a permanência das estruturas calcadas nas desigualdades de raça e gênero, faz com que o padrão de inserção externa historicamente desempenhado (e escolhido) pela periferia latino-americana reflita e reforce as condições iniciais de desigualdade de classe, raça e gênero. Trata-se, lembrando Furtado (1992), de uma armadilha histórica que aprisiona a periferia em tal condição. Não parece haver saída sem que se parta do princípio da crucialidade de promoção de abalos profundos nas tais condições iniciais de desigualdade.

Se as políticas e estratégias de desenvolvimento partirem somente do acréscimo de que bastaria redistribuir os ganhos sem a preocupação explícita de modificação das relações étnico-raciais e de gênero que cristalizam a desigualdade, não há progresso técnico e/ou requalificação do padrão de inserção externa que seja capaz de romper com a condição de periferia. O que, obviamente não quer dizer que o padrão de inserção externa nas cadeias globais de valor não importe, pelo contrário (Cardoso e Reis, 2018) - mas se mostrou historicamente insuficiente para romper com a dinâmica das dominações de gênero e raça que oprime (e mata) especialmente mulheres e negros.

13. “Se, tendo objetivos sociais em mente, a questão é elevar ao máximo a renda real, não podem faltar considerações anticíclicas num programa de desenvolvimento econômico”. Trata-se de uma consideração relevante se temos em conta que sem renda não há recursos para dinamizar o sistema econômico. Portanto, faz sentido defendê-la, lançando mão de políticas anticíclicas, tipicamente keynesianas. Por outro lado, a expectativa de que a manutenção da renda (e, como dito, inclusive a redistribuição progressiva dela) cumpra os objetivos sociais, associados ao alçamento à condição de desenvolvimento, nos parece demasiadamente simplista e, até, ingênua – associada a um ponto de vista classista específico que ignora a realidade da pobreza.

14. Não é nada óbvio que para se discutirem os problemas do desenvolvimento econômico da América Latina o ponto de partida sejam os elementos que elevam a

produtividade, como colocados na agenda neoliberal ou neo-desenvolvimentista¹⁹ (a respeito do progresso técnico, focados na inovação, capital humano, infraestrutura, etc.), que ao final possibilitem o crescimento da renda média per capita, que de fato continua muito baixa.

15. Elevar a renda por habitante se faria, sim, via aumento da produtividade ou da remuneração por hora trabalhada, a um ritmo superior ao do crescimento da superação. Para Prebisch, elevar a produtividade estava associado à adoção de técnicas modernas no campo e na própria indústria. O autor toca ainda em um ponto essencial, o de que a baixa remuneração que prevalece nas classes mais numerosas tem permitido às de remuneração mais altas desfrutar de produtos manuais ou de diferentes tipos de serviços pessoais a preços relativamente baixos – o que ele chama de população mal-ocupada. Acredita que o progresso técnico na indústria e no campo provoca o traslado dessas pessoas para atividades industriais.

16. Quando Prebisch escreveu a América Latina era majoritariamente rural, um paradigma material muito diferente de hoje. A indústria e a urbanização vieram, mas de forma tão heterogênea e desigual, que setenta anos depois as economias da região ainda convivem com a má ocupação em todos os setores, altos índices de informalidade e precariedade do trabalho, além dos percentuais significativos de desocupação – que prejudicam em especial as mulheres (Ponte, 2016). Respeitadas as diferenças regionais, de modo geral até os anos oitenta, a “modernização conservadora” das atividades econômicas, aconteceu na maior parte da região sem uma reforma agrária consistente, que alterasse definitivamente as estruturas de poder no campo. Analogamente, nos anos noventa, já em boa medida industrializada, a região assistiu ao desmonte do Estado e de sistemas de proteção social que foram, em parte, recolocados nos anos 2000, conservando a desigualdade entre as reformadas estruturas de poder e riqueza (Boito, 2012) – seguindo as tendências relegadas à periferia mundial, durante o decorrer do ciclo tecnológico da informação e comunicação liderado pelas grandes empresas nacionais dos países centrais.

17. Portanto, a problemática da integração de novas tecnologias para a modernização seguiu controversa e descolada da realidade, notadamente excludente. Continua se desconhecendo com precisão a magnitude das necessidades potenciais de capital e, conseqüentemente, dos recursos para satisfazer planejamentos de desenvolvimento de longo prazo, tendo-se em vista a limitada capacidade de financiamento interna e a restrição externa no balanço de pagamentos. Mas, antes de tudo, os projetos existentes de desenvolvimento não são populares e, como temos enfatizado, mesmo que incluam perspectivas de classe (que não

¹⁹ Entendido como o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, como em Boito (2012).

são dominantes) prescindem de epistemologias feministas e étnico-raciais.²⁰ Tal projeto deveria ser necessariamente situado (Haraway, 1988), relevante para as nossas realidades e transformador (Esquivel, 2016).

De partida, com objetivos sociais em mente, precisamos compreender as raízes dos problemas socioeconômicos da periferia. Faz-se necessário um rompimento definitivo com a perspectiva eurocêntrica, racista e também machista que permeou (e ainda permeia) as teorias que baseiam as reflexões sobre desenvolvimento. É, por isso, imprescindível o aprofundamento de uma crítica epistemológica, que considere as especificidades implicadas pelas questões étnico-raciais e de gênero. A perspectiva feminista nos fornece uma saída, com base nas lutas feministas.

SEGUNDA PARTE

IV. Bases para a discussão de uma política feminista na América Latina

18. As lutas feministas ocupam espaço significativo nas interpretações do mundo contemporâneo. As transformações e desafios econômicos e políticos podem ser lidos a partir do lugar ocupado pelas mulheres e pelas populações não brancas em diversas sociedades. O que tem sido empreendido por esses grupos informam muito dos limites encontrados nas análises convencionalmente consolidadas sobre noções como desenvolvimento, globalização, diversidade, conflito etc. São as condições em que esses grupos se encontram que ilustram as construções narrativas enviesadas e a não participação nas políticas que vislumbram as alterações estruturais na vida social. De modo geral, o que está colocado é a existência de um amplo sistema de dominação que se sustenta nas decisões políticas e econômicas, garantindo a sua subalternização.

Faz-se necessário, assim, entender como tem se caracterizado as lutas desses grupos na medida em que questionam as estruturas sociais e reivindicam um outro modo de vida. Então, nesta seção, passa-se, de forma resumida, a discutir os aspectos gerais identificados à luta

²⁰ “As epistemologias feministas, teorias críticas feministas sobre o conhecimento historicizam a ciência, voltando-se para a análise de como as categorias de gênero têm historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente, justificativas e práticas de investigação ditas científicas. Disse-se epistemologias no plural porque não constituem um domínio único e em equilíbrio; antagonicamente, representam um espaço de dúvida acerca do que é considerado “conhecimento”, quem o define e como este é capturado pelo sujeito do conhecimento” (Harding, 1986; Narvaz & Koller *apud* Santos et al, 2017).

feminista,²¹ considerando, sobretudo, a forma como tem se estruturado e consolidado enquanto força política.

19. Genericamente, podemos chamar de feminismo a ação e a reflexão crítica de mulheres ao redor do mundo que colocam em cheque as condições de opressão e dominação que resultam em severas desigualdades. O pressuposto da luta feminista, assim, é a realidade vivenciada pelas mulheres. Em suma, trata-se de uma luta que à medida que reconhece que há uma subordinação imposta às mulheres busca a desnaturalização dos fundamentos que levam a essa condição.

Mesmo sem servir para todas as regiões, os marcos ocidentais da luta das mulheres são recorrentemente acionados para destacar os contextos de construção de algumas das principais noções e perspectivas necessárias para o entendimento das prerrogativas feministas. Para a maior parte dos estudos sobre mulheres, têm-se três grandes fases, ou ondas, desse movimento, encontrando-se em cada uma delas premissas e reivindicações que vão se complexificando nas gerações subsequentes. Assim, tomando como referência a reconstrução de Piscitelli (2009), reproduzimos, sinteticamente, os principais elementos dessas fases.

20. A primeira onda, localizada no final do século XIX e início do século XX, é caracterizada pela busca por igualdade entre homens e mulheres. No contexto da segunda onda, constituída a partir das décadas de 1960/1970, reconhece-se que as mulheres são subordinadas em diferentes lugares e épocas. A opressão, assim, era vista como um processo universal, marcando as semelhanças entre todas as mulheres. Isto é, o que unia as mulheres era a opressão patriarcal. Essa talvez seja a fase mais emblemática, considerando que ela concentra diversas e, muitas vezes antagônicas, tentativas de explicação sobre as origens da dominação. A terceira onda, demarcada a partir da década de 1980, constitui-se numa tentativa radical de desnaturalização da diferença sexual, que já não seria suficiente para “informar” questões como as identidades de gênero.

Essa demarcação histórica e política não é a mesma para todas as partes do mundo, mas nela se expressam muitos dos dilemas encontrados dentro do próprio movimento feminista. Isto é verdade se admitirmos que uma das construções teóricas mais importantes para se pensar o desenvolvimento histórico e político do feminismo foi o conceito de gênero. Formulado a partir das transformações da segunda onda, esse conceito cumpriu um papel central na superação dos limites de algumas categorias usuais nos estudos sobre mulheres. De modo geral, a categoria

²¹ Sendo um movimento que reúne diversas configurações, o feminismo é heterogêneo e se constrói relacionado aos contextos e aos desafios sócio-históricos enfrentados pelas mulheres em cada tempo e em cada sociedade, contando, muitas vezes, por conta disso, com distintas abordagens para a compreensão da subordinação das mulheres.

gênero “enfrentou” a universalidade da categoria mulher,²² enfatizando o papel das construções culturais. Ao discutir a construção histórica da ideia de gênero, Piscitelli (2009, p.125) afirma que seu impacto na teoria social alcançou mais profundidade e abrangência a partir do pensamento feminista, na década de 1970 – atuando para buscar para as mulheres os mesmos direitos dos homens. As feministas utilizaram a ideia de gênero como diferença produzida na cultura, mas uniram a essa noção a preocupação pelas situações de desigualdade vividas pelas mulheres [...].

21. Partindo da compreensão de que a ideia de gênero é um dos mais significativos pressupostos para o entendimento da luta feminista, indaga-se como se dá a relação entre esta noção e outras categorias que também marcam a vida das mulheres, como as raciais e étnicas. Tantos os estudos sobre gênero quanto aqueles voltados à compreensão das implicações da categoria raça, por exemplo, têm sendo impelidos a, pelo menos, reconhecer a conexão entre esses eixos na produção de desigualdades.²³

O entendimento da realidade das mulheres passa, essencialmente, pela articulação entre diversas categorias, sem pressupor que uma tenha mais validade que outra.²⁴ Quando se trata da articulação entre gênero e raça ou etnia, a evidência é de que mulheres não brancas experimentam a discriminação de gênero de modo distinto daquelas mulheres que não acumulam experiências marcadas pelo pertencimento étnico-racial.

22. No Brasil, por exemplo, Lélia Gonzalez, na década de 1980, discutiu essa articulação ao problematizar os lugares fixos destinados às mulheres negras ao serem identificadas aos papéis de mulata e de empregada doméstica. Para esta autora, parte dessa fixidez deve-se ao fato de o racismo ter um papel central na formação social brasileira. Assim, argumenta: “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 1984, p. 224). A raça, na perspectiva da autora, é o

²² As categorias mulher e patriarcado são exemplos desses questionamentos.

²³ Para Crenshaw (2002, p.173), “[...] o imperativo de incorporação do gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas. Portanto, a incorporação do gênero, no contexto da análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens”.

²⁴ “[...] A lógica da incorporação da perspectiva de gênero, ou seja, focalizar a diferença em nome de uma maior inclusão, aplica-se tanto às diferenças entre as mulheres como as diferenças entre mulheres e homens. Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias diferenças que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p.173).

elemento agregador que possibilitou o início da organização das mulheres negras no sentido de tornar evidente aquilo que as aproximava e o que as distanciava de outras mulheres e dos homens negros. De modo semelhante, a articulação das mulheres negras em torno do reconhecimento de suas especificidades parte, entre outras coisas, do “reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil” (Carneiro, 2003, p. 129).

23. No entanto, a discussão da necessidade dessas articulações não tem sido um terreno tranquilo. Se hoje a relação entre gênero e raça, por exemplo, tem encontrado um solo mais fértil, a intensificação das lutas feministas e antirracistas, na América Latina e em diversas partes do mundo, expõem muitas arestas, algumas ainda não aparadas. Contudo, a primazia de determinadas categorias têm sido constantemente colocadas em pauta. A que melhor ilustra essa disputa talvez seja a noção de classe. Aspecto caro à compreensão das desigualdades estruturais, a dimensão de classe não tem escapado às reflexões sobre a necessária associação entre gênero e raça.²⁵

Mesmo apresentando diversidade argumentativa, o pano de fundo, nessas compreensões, é a capacidade de determinadas categorias agirem articuladamente para produzir desigualdades complexas que tratadas isoladamente não demonstrarão o alcance de cada um dos fatores que as produzem. De uma perspectiva que toma como fundamental o conceito de gênero, a não consideração das especificidades das experiências que marcam a vida das mulheres seria contraditória, posto que gênero é uma noção, como vimos, forjada para garantir a exposição das hierarquias sociais associadas à condição feminina, procurando ser mais abrangente e “superar” os problemas encontrados nos estudos genéricos que, muitas vezes, pressupunha a universalidade dessa condição (Piscitelli, 2009).

24. A necessidade de articulação de gênero a outras categorias que juntas produzem realidades distintas para diferentes mulheres é uma das principais expressões das transformações por que passa essa noção já na década de 1980. O conceito forjado para dar mais diversidade e abrangência aos estudos sobre mulheres passa a ser frontalmente criticado. Questiona-se, principalmente, a necessidade de focalização nas chamadas semelhanças no lugar

²⁵ A classe trabalhadora composta por homens e mulheres continua sendo o agente responsável pela transformação social da ordem vigente, baseada na exploração e alienação do trabalho, nas concepções feministas marxistas contemporâneas. Segundo Andrade (2011), nessa abordagem as lutas contra a dominação de gênero e de classe são indissociáveis, mas possui um olhar atento para a condição feminina. Mas esta nem sempre foi a regra no marxismo. Biroli e Miguel (2015, p. 29), ao trabalharem a interconexão de diferentes formas de opressão, concluem que: “uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade”.

de se enfatizar as diferenças encontradas entre as mulheres. Em síntese, passa-se a reivindicar uma noção de gênero que levasse em conta a atuação de critérios como raça, classe, idade, território etc.

25. Com isso, tem-se que a categoria gênero, noção construída para explicar e contribuir para a superação das desigualdades existentes entre homens e mulheres não saiu ilesa dos debates provocados por aquelas mulheres que carregam outras marcas. Esses questionamentos, dessa forma, serviram para apontar a insuficiência teórica e política de uma categoria que insistia em apontar, exclusivamente, a “identidade” entre as mulheres. Ao mesmo tempo, os debates apontavam a necessidade de sua reformulação.²⁶ É esse o momento de articulação de mulheres não brancas em diversas partes do mundo. Falava-se da importância de se reconhecer que a dominação de gênero não se apresenta da mesma forma para todas as mulheres. Esse também é o cenário em que as feministas negras intensificam a sistematização sobre suas experiências e imprimem um olhar específico sobre a realidade das mulheres. Dessa forma, a conexão entre opressões é uma constante nesse contexto, mesmo não sendo, do ponto de vista das intelectuais negras, o momento exclusivo.²⁷ A toda essa complexidade dentro feminismo considerado hegemônico somam-se - a exemplo dos debates construídos em torno de categorias como raça e classe - outras dimensões como a questão de origem.

26. As especificidades históricas da América Latina ajudaram a configurar um feminismo que, nas palavras de muitas especialistas, não se parece com aquele encontrado em outras regiões. Estreitamente ligadas ao contexto repressivo de alguns países, as ações das mulheres latino-americanas surgiram já com a necessidade de intercambiar o pertencimento de gênero com outros fatores. Assim, de acordo com Sternbach et al (1994), podemos destacar pelo menos três características do feminismo latino-americano, no contexto da sua constituição. Primeiro, ele é um movimento que não nasce desconectado de outros fatores estruturais que

²⁶ “Assim, feministas negras e do “Terceiro Mundo” consideraram que no sistema sexo/gênero o foco singular no gênero fazia com que essa categoria subordinasse todas as outras. Sublinhando as diferenças entre mulheres, elas exigiram que gênero fosse pensado como parte de sistemas de diferenças, de acordo com os quais as distinções entre feminilidade e masculinidade se entrelaçam com distinções raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social, idade” (Piscitelli, 2009, p. 141).

²⁷ Sobre esse aspecto, Collins (2016, p. 108), apresenta uma importante reflexão: “A atenção dispensada por feministas negras à natureza interligada da opressão é significativa por duas razões. Em primeiro lugar, esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas. A primeira abordagem prioriza comumente um tipo de opressão como sendo primária e, em seguida, trata das opressões restantes como variáveis que fazem parte do sistema que é visto como o mais importante. Por exemplo, os esforços de se inserir raça e gênero na teoria marxista exemplifica esse esforço. Em contrapartida, a abordagem mais holística implícita no pensamento feminista negro trata da interação entre múltiplos sistemas como o objeto de estudo. Em vez de acrescentar às teorias existentes variáveis anteriormente excluídas, feministas negras têm como objetivo desenvolver interpretações teóricas da própria interação em si”.

atingiam as mulheres.²⁸ Em segundo lugar, na América Latina, o feminismo fortaleceu e disputou o campo progressista organizado para enfrentar os regimes autoritários²⁹. Como terceiro aspecto, uma das principais especificidades da luta feminista na América Latina esteve na capacidade desse movimento lidar, de forma específica, com as demandas estruturais que se apresentavam em cada país³⁰.

27. Essa capacidade, de modo geral, está relacionada ao fato de as feministas enfrentarem uma carga ainda maior do que aquelas convencionalmente a elas atribuídas enquanto mulheres, pois até mesmo dentro do universo progressista em que se organizavam, disputavam ideologicamente as interpretações sobre a realidade compartilhada. Isto é, mesmo estando sob as mesmas expectativas políticas de combate ao regime, às mulheres era necessário explicitar as condições sob as quais esses regimes se constituíam, enfatizando que estas, muitas vezes, significavam, a exarcerbação da dominação com as quais lidavam em todas as dimensões da ordem social. Em relação aos analistas masculinos, que enfatizavam as determinantes culturais ou econômicas da militarização na década de 70, as feministas apontavam para as raízes nos fundamentos das relações patriarcais, na chamada esfera privada: a família, relações homem/mulher e a opressão sexual das mulheres (Sternbach et al, 1994, p. 259). Em suma, se fosse possível resumir a experiência das mulheres na América Latina, a informação que melhor traduziria isso seria a de que elas eram, inegavelmente, presença decisiva nos movimentos de luta contra a repressão política experimentada por diversos países.

28. Assim, a respeito da luta das mulheres na América Latina, considerando as potencialidades do seu processo organizativo, é necessário desenvolver um olhar novo sobre a formação social dessa região, reconhecendo as influências do continente africano em toda ela, tal como argumenta Gonzalez (1988). A autora formula a categoria de *amefricanidade*, que

²⁸ “Na América Latina, como em outras partes, o feminismo assumiu uma ampla variedade de formas organizacionais e combate à opressão feminina em toda a gama de arenas políticas, econômicas e culturais em que está embutida a dominação patriarcal. Mas também aqui o distintivo contexto latino-americano, de dependência e exploração econômica e repressão política, deu origem a projetos centrados na interseção de opressão sexual e outras formas mais locais de exploração e dominação” (Sternbach et al, 1994, pp. 262-263).

²⁹ “[...] as latino-americanas mantiveram firme o compromisso com a mudança radical nas relações sociais de produção - e de reprodução - enquanto continuavam a combater o sexismo no seio da esquerda. Isto é, embora o feminismo em muitos países tenha rompido organizacionalmente com a esquerda, não o fez de modo tão completo ideologicamente. A aliança com os setores progressistas da oposição, ainda que apreensiva, no melhor dos casos, era essencial à viabilidade do projeto feminista. Em países governados por regimes exclusivistas e repressivos (pouco dispostos a concessões a movimentos em busca de mudança progressista de qualquer tipo), as feministas só encontrariam espaço político na luta oposicionista mais ampla” (Sternbach et al, 1994, p. 260).

³⁰ “[...] a partir do momento em que surgiram os primeiros grupos feministas, em meados da década de 70, muitas feministas latino-americanas não apenas desafiavam o patriarcado e seu paradigma de dominação machista - o estado militarista ou contra-insurgente - mas também juntavam forças com outras correntes de oposição, ao denunciarem a exploração e a opressão social, econômica e política. Assim, as realidades tanto de repressão do Estado quanto da luta de classes foram instrumentais para moldar uma prática feminista latino-americana diferente da dos movimentos feministas em outros lugares” (Idem, p. 258).

tem, portanto, um caráter geográfico, cultural e identitário à medida que parte da ideia de que é possível pensar “as Américas” partir das suas próprias condições históricas e culturais, objetivando a reunião das diferentes experiências de populações africanas nessa região.

A reflexão de Lélia Gonzalez pode ser um importante pressuposto para que pensemos o alcance e as potencialidades da luta feminista na América Latina. Já informadas das especificidades do seu processo constitutivo, podemos pensar nas condições e formas oriundas do feminismo capazes de questionar e propor saídas para diversos problemas encontrados no continente. Essa pretensão se afirma por que o feminismo latino-americano não poderia abandonar um dos objetivos centrais da luta feminista: transformar a sociedade para as mulheres e para todas as pessoas. Nesse sentido, Gonzalez (1988, p.309) foi categórica: “o extremismo estabelecido pelo feminismo fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças à sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo.”

29. Por fim, cabe questionar: que sociedade a luta das mulheres almeja? Obviamente, essa indagação não apresenta apenas uma saída. No caso da América Latina, a pergunta esbarra, certamente, nas condições de desenvolvimento que essa região experimentou, atreladas às interferências ideológicas e materiais externas. No entanto, para Matos (2010, p.74), a luta feminista no continente entra de forma decisiva nessas relações.³¹ A autora nos informa que aqui o feminismo se organizou de forma a não sucumbir à dinâmica mais recente do capitalismo. Assim, ela completa: “a partir do Sul global, os feminismos têm reconstruído (e por completo) sua relação (sempre tensa e disputada) com o Estado e com o regime capitalista de produção” (Matos, 2010, p.83). Nessa estratégia, portanto, é possível pensar não apenas numa narrativa *a partir de dentro* sobre aqueles problemas que estruturalmente atingem a região, mas também apresentar alternativas para a construção de um *diálogo feminista* - tomando como referência a perspectiva do Sul global - com outras partes do mundo.³²

30. Avançando nesta proposta, consideramos o feminismo uma das mais importantes forças políticas deste tempo, visto que ao expor seus desafios e estratégias teóricas e práticas para sobreviver, sinaliza possibilidades para alteração de condições que geram desigualdades

³¹ [...] os feminismos latino-americanos tem suas próprias vicissitudes e idiosincrasias históricas e não foram (ou não são) utilizados ou recrutados (não por inteiro) pelas estratégias de cunho neoliberal, pois, conforme é sabido, a força do Sul global surgiu exatamente a partir daí: da sua negação, sua reação e oposição aos avanços do neoliberalismo Matos (2010, p.74).

³² Matos (2010, p.81) afirma que essa possibilidade se conecta ao chamado feminismo transnacional, descrito da seguinte forma: “[...] um movimento atento às intersecções entre nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica numa escala mundial, em decorrência principalmente do surgimento do capitalismo global; um movimento auto-intitulado altermundialista, por sua luta de cunho internacional contra o neoliberalismo e pela busca por maior justiça social”.

para toda a sociedade. A potência da luta feminista deveria ser, então, uma tendência incontornável no âmbito das transformações sociais e políticas de desenvolvimento.

Referências

- ANDRADE, Joana El-Jaick. *O Marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito de feminismo revolucionário*. Diss. Universidade de São Paulo, 2011.
- ARNDT, Heinz Wolfgang. *Economic Development - the History of an Idea*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.
- BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades”. *Mediações*, Londrina, V. 20 n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- BOITO, A. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. In: do *Fórum Econômico da FGV*, São Paulo, 2012. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>
- CARDOSO, F. G. *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
- CARDOSO, F. G., REIS, C. F. B. “Centro e Periferia nas Cadeias Globais de Valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do Desenvolvimento”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. *Estudos Avançados*, n. 17 (49), 2003.
- CEPAL. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*. Santiago do Chile: Nações Unidas, abril de 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/abril 2016*.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Estudos feministas*, ano 10, 176, 1º semestre 2002.
- ESQUIVEL, Valeria. “La economía feminista em America Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 265, septiembre-octubre, 2016.

- FURTADO, Celso. *Brasil - a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra” (1980). In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras - Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018.
- _____. “A categoria política da amefricanidade” (1988). GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras - Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018.
- _____. “Por um feminismo latino-americano” (1988). GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras - Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018.
- HARAWAY, Donna. “Situated Knowledge: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”. *Feminist Studies*, v. 14, pp. 575-599, 1988.
- KALECKI, Michal. “A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas” em *Kalecki*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Miglioli, Jorge (org.), Fernandes, Florestan (coord.), Editora Ática, ([1968] 1980).
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Coleção Os Economistas, 2ª edição, Editora Nova Cultural, 1985 (1936).
- MARINI, R. M. “Dialectica de la dependencia: la economia exportadora”. *Sociedad y Desarrollo*, n. 1, pp. 5-31, 1972.
- MATOS, Marlise. “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?” *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.
- MEDEIROS, C. A. “Os dilemas da integração sul-americana”. *Cadernos do Desenvolvimento*, n. 5, Centro Celso Furtado, 2008.
- MEDEIROS, C. A. “A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”. *Brazilian Journal of Political Economy*, n. 26.3, pp. 381-400, 2006.
- OXFAM. “Bienestar público o benefício privado?” Oxfam Inequality Report 2019, disponível em: <https://oxfam.app.box.com/s/f9meuz1jrd9e1xrkrq59e37tpoppqup0>.
- PEREIRA, H. “Mulheres, Reestruturação Produtiva e Pobreza”. In: *Seminario Internacional Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género*, CEPAL, Proyecto gobernabilidad democrática e igualdad de género en América Latina y el Caribe, Quito, 26-27 de agosto de 2004.
- PEREZ, Carlota. *Technological Revolutions and Financial Capital*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.

- PISCITELLI, Adriana. Gênero. A história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.) *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
- PONTE, Nicole Bidegain. “Desigualdades de género y brechas estructurales en América Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 265, septiembre-octubre de 2016.
- POSSAS, M. “Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para teoria macroeconômica”. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 3(2), 1999.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443>>.
- QUIJANO, A. “La colonialidad del poder y la experiencia cultural latinoamericana”. In Briceño-León, R. & Sontag, H. *Pueblo, época y desarrollo: La sociología de América Latina*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Editorial Nueva Sociedad, CENDES, 1998.
- REIS, C. F. B. “O papel da estrutura produtiva e instituições no desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma revisão teórica e crítica da literatura”. In: *IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-graduação em História Econômica*, 2012, São Paulo. São Paulo: ABPHE: FEA/USP, FFLCH/USP, 2012, p. 52-52.
- REIS, C. F. B. “Perspectivas para o Brasil diante da proliferação dos acordos comerciais”. *Boletim Informações FIPE*, São Paulo, 26 ago. 2013.
- REIS, C. F. B.; BARROSO DE SOUZA, A. „Drawing value curves: learnings from financial statements of the world’s biggest manufacturing corporations“. *Revue d'économie industrielle*, Special issue on “Global Value Chain – Global Production Networks”, n. 63, 2019.
- REIS, C. F. B.; CARDOSO, F. G., SANTANA, M. B. The South’s thoughts on development. *Revista de Economia Mundial (REM)/ World Economy Journal*, n. 51, 2019.
- SANTOS, C. M.; REIS, C. F. B.; PISANI, M. M.; BOERO, A. C.; CORDEIRO, S. A. “Ciência, epistemologia e estudos de gênero na Universidade Federal do ABC”. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, v. 5, pp. 146-161, 2017.
- SERRANO, Franklin. “Do ouro imóvel ao dólar flexível”. *Economia e Sociedade*, n. 20, 2002.
- SINGER, Paul. *Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina*. CEPAL, Instituto Latinoamericano de planificación económica y social.1976. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/34526/S7600488_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y

- STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRYK, Patricia; ALVAREZ, Sonia A. "Feministas na América Latina". *Estudos Feministas*, ano 2, 2º semestre, 1994.
- SUMMA, Ricardo F. *Um modelo alternativo ao "novo consenso" para economia aberta*. Tese de doutorado em Economia apresentada ao IE-UFRJ, 2010.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- VIOLA, Eduardo. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica". In PÁDUA, J.A. (org.) *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- WALLERSTEIN, I. *World System Analysis*. London: Duke University Press, 2004.